

MARQUÊS DE POMBAL – O “FAROL” DA CONTABILIDADE EM PORTUGAL

Por Joaquim Fernando da Cunha Guimarães

Setembro/2005

Boletim do CEHC APOTEC

Esta breve nota surge na sequência de alguns episódios que constituíram incentivos para relevar o importante papel desempenhado por Sebastião José de Carvalho e Melo, mais conhecido por Marquês de Pombal (MP), nas reformas do sistema educativo português, com especial destaque, para o desenvolvimento do ensino do comércio, da escrituração e da contabilidade em Portugal.

O Marquês de Pombal, Primeiro Ministro do Rei D. José entre 1750 e 1777, tem sido uma constante referência no nosso quotidiano, por diversos motivos, nomeadamente políticos, desportivos e contabilísticos, que de seguida desenvolvemos, sendo uma das personalidades do século XVIII mais recordadas, o que, por si só, justifica, repetimos, estes breves comentários.

O primeiro episódio ocorreu em 19 de Maio de 2005 quando, com dois amigos, nos deslocámos a Lisboa para assistir à final de futebol da Taça UEFA/2005. Na altura, quando passávamos junto à estátua do MP, comentámos que nesse dia à noite poderia acontecer mais uma comemoração nesse local, caso o Sporting Clube de Portugal vencesse o jogo, o que, infelizmente (somos adeptos do Sporting, mas “Clube de Braga”, embora gostamos dos grandes encontros futebolísticos, o que justificou esta nossa deslocação) não veio a acontecer, para descanso e satisfação do MP. Há quem afirme que o MP era sportinguista pelo facto de na estátua estar acompanhado por um leão. Note-se, porém, que a outra estátua do MP do Porto é acompanhado por uma águia. Dado que no tempo do MP não existiam esses clubes de futebol, é óbvio que o MP não tinha filiação clubística. Como figura nacional hoje seria adepto da nossa Selecção.

Sendo o MP, incontornavelmente, uma figura ímpar nacional porquê que os adeptos do Futebol Clube do Porto (FCP), não festejam junto à estátua do MP do Porto, mas sim na Avenida dos Aliados, embora, os adeptos do FCP de Lisboa o façam também junto à Praça do MP? Porquê que no Porto o MP não escolheu o dragão em vez da águia? É óbvio, repetimos, que essas referências clubísticas não existiam no tempo do MP.

O que é certo é que o MP é, indiscutivelmente, a figura nacional mais lembrada nas vitórias futebolísticas, especialmente dos dois clubes de Lisboa, o que é de enaltecer.

Passando agora para o segundo episódio, lembrámo-nos que o segundo comentário que efectuámos na conversa com os dois amigos, referia-se, precisamente, à importância do MP na contabilidade, ou melhor, no ensino do comércio, da escrituração e da contabilidade em Portugal, tendo sublinhado a importância da criação da Aula do Comércio, sob a Junta do Comércio, ainda hoje, referido como o primeiro

estabelecimento de ensino técnico profissional onde se leccionaram essas matérias na Europa e, segundo se consta, até mesmo no Mundo.

Nem de propósito (feliz coincidência), no dia seguinte ao referido encontro de futebol recebemos no nosso escritório a revista TOC n.º 62, de Maio de 2005, contendo uma fotografia nossa alusiva a uma entrevista concedida à revista e outra do MP referente a um artigo sob o título “As Influências Mercantilistas Inglesas na Aula de Comércio em 1759”, da autoria de Lúcia Lima Rodrigues e Russell Craig, no qual os autores sublinham a importância do MP no desenvolvimento do ensino prático do comércio, da escrituração e da contabilidade.

Uma outra referência ao MP e que está na ordem do dia é a da “novela” do túnel do MP em Lisboa, que, considerando a sua vertente política, nos abstermos de comentar. De qualquer forma, de certeza que o MP já se deslocou da estátua algumas vezes quer para a direita quer para a esquerda.

O quarto episódio, que constitui a pedra de toque final e a luz (ou melhor o “farol”) inspiradora para escrevermos esta nota, refere-se a uma visita de estudo familiar efectuada em 14 de Agosto de 2005 ao “Farol Montedor”, concelho de Viana do Castelo. Com efeito, o quadro superior da Marinha responsável pela recepção dos visitantes efectuou uma resenha histórica dos faróis em Portugal, destacando a época em que se iniciou a sua construção e intervenção do MP.

Na verdade, o prospecto que então nos foi distribuído contém um texto sob o título “A Evolução dos Faróis em Portugal”, do qual transcrevemos:

“De facto, só em 1758, por alvará pombalino, os faróis passam a ser uma organização oficial, sendo a sua edificação da responsabilidade da Junta do Comércio; este alvará manda edificar seis faróis ...”.

Pedimos desculpa ao nossos habituais leitores por não termos enfatizado uma matéria exclusivamente técnica nas áreas que normalmente abordamos, designadamente a contabilidade e a fiscalidade, mas, repetimos, os faróis deram-nos luz para enaltecer a obra multifacetada de MP. No entanto, tivemos o cuidado de salientar a obra contabilística, traduzida na criação da Aula do Comércio, pelo que este facto associado ao episódio do pioneirismo dos faróis serviram de mote ao título deste artigo.